

A inclusão escolar de estudantes com TEA: um estudo bibliográfico.

Lucilla Peres Lins (UFPE)
lucillalins@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho é constituído de um levantamento bibliográfico com a finalidade de trazer a contribuição científica e social sobre a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de tempo integral.

Corroborando com a ideia de que a inclusão perpassa por políticas e organização de tempo e espaço da escola para que todos os aprendentes, dentro de suas especificidades, possam participar ativamente das propostas pedagógicas. (MANTOAN, 2003). E essa problemática se aplica aos alunos com TEA, uma vez que, é um transtorno que segundo Orrú (2020), compromete qualitativamente as áreas da comunicação, socialização e imaginação.

Para a compreensão desse objeto de estudo se fez necessário o estado da arte que é uma importante fase da pesquisa, pois mostrará como o campo entende o objeto e o que ainda está como ineditismo para entrar na discussão acadêmica. Embasados pelos estudos de Lakatos (2003), é a oportunidade de consultar os especialistas da área para analisar e interpretar documentação específica, realizando uma interpretação crítica da obra lida.

Desenvolvimento

Para delimitar os critérios de busca foi realizado um levantamento em junho de 2022, nas bases de dados Periódicos CAPES e BDTD dos últimos dez anos. Esse recorte temporal foi utilizado levando em consideração as mudanças ocorridas no âmbito educacional após Leis nº13145/15 e Lei nº 12764/12.

Foram encontrados 470 trabalhos referentes aos descritores “Educação integral *AND* inclusão” utilizando o critério de identificação. Após o refinamento para Educação integral *and* inclusão *and* transtorno do espectro autista, achamos 14, segundos os critérios de elegibilidade. Após a leitura dos resumos e dos textos completos, onze foram excluídas ficando apenas duas dissertações e uma tese, pois os demais trabalhos são oriundos de outras áreas como educação e saúde, educação não formal, entre outras temáticas.

Necessitando de um trabalho mais coeso se fez necessário a busca nos artigos em periódicos de Qualis A1 e A2 atendendo ao mesmo critério análise citada anteriormente.

Para a análise dos trabalhos pesquisados, os mesmos foram divididos em três categorias temáticas conforme os temas relacionados que convergem por aproximação. Dividimos em: 1) O Estado e políticas públicas inclusivas, 2) As políticas públicas e os ideários da educação integral e 3) Políticas públicas e a inclusão de estudantes com TEA.

Na primeira categoria analisamos os trabalhos de Barros (2019), Mantiskei (2003), Cavaliere (2014) e Castro, Leite e Silva (2018).

Os resultados apontam o papel do Estado como regulador da ordem vigente. O que vem a dificultar a implementação de políticas inclusivas, uma vez que essas políticas visam a equidade na educação dando condições de oportunidades para que todos, em suas diferenças e particularidades, possam se desenvolver plenamente.

As discussões dos trabalhos que compõe essa categoria levantaram o debate da necessidade de superação das perspectivas de globalização e defende como modelo eficaz a transformacionista assim como afirma Burton (2014), pois a tomada de decisão deverá vir pelos atores sociais e instâncias locais e o Estado superando o papel de mero executor, agora passa a considerar as ações conflitivas dos meios sociais fortalecendo as identidades locais.

A respeito dessa problemática podemos debater na segunda categoria “As políticas públicas e os ideários da educação integral” e

de como essa política, educação integral, pode superar a lógica do mercado.

Os trabalhos selecionados para dialogarem nessa categoria são a dos autores: Avelino e Bispo (2014), Leite e Régis (2018) e Roveroni, Momma e Guimarães (2019). E apontaram em sua maioria que as Escolas em Tempo Integral (ETI) são benéficas para inclusão de estudantes com deficiência, pois ela visa o sujeito multidimensional, além de respeitar, incluir as diferenças e amplia a cooperação, extinguindo a competição, classificação, seleção e a exclusão.

Mas, as produções analisadas mostraram duas importantes necessidades para que houvesse êxito na implementação das políticas de ETI e a política de inclusão. A primeira é de manter a formação permanente de professores para que esses atores compreendam a real função da escola para a formação do sujeito aprendente e a segunda é o desafio de se construir uma gestão democrática que dialogue com a comunidade escolar construindo ações afirmativas registradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Na última categoria "Políticas públicas e a inclusão de estudantes com TEA" dialogamos com os trabalhos dos seguintes autores: Togashi e Walter (2016), Teixeira (2019) e Reis (2020)

Os trabalhos para essa categoria mostraram que para efetivar a inclusão deverá existir articulação entre professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor da sala regular para que ambos possam traçar ações pedagógicas através do Plano de Ensino Individualizado (PEI), levando em consideração a heterogeneidade e as variações características do TEA, dando ao estudante um lugar ativo na escola respeitando às diferenças.

Portanto, nessa categoria foi registrado que para haver a inclusão dos estudantes com TEA há necessidade de políticas públicas que organize o papel do AEE, garanta a formação dos professores do ensino regular, garanta financiamento para que sejam investidos em novos recursos e tecnologias assistivas para diversificar as

metodologias de ensino proporcionando um currículo único, porém específicos às diferenças e peculiaridades se eximindo de modelos hegemônicos do mercado capitalista.

Conclusões

Nesta pesquisa buscamos analisar a partir de dados bibliográficos, como ocorre a inclusão dos estudantes com TEA nas ETIs. Primeiramente sugerimos que sejam desenvolvidas mais pesquisas que possam contemplar o que é inclusão dentro dessas escolas.

As pesquisas apresentadas aqui, em sua maioria, mostraram trabalhos exitosos de inclusão de estudantes com TEA, mas para essa efetivação foi necessário a formação continuada e de qualidade.

Neste trabalho também foi percebido que nas legislações ainda é falho a organização dos trabalhos do AEE nas ETIs para auxiliar nas demandas do trabalho docente com os professores de salas regulares.

Por fim, ainda se enfatiza a demanda de uma gestão democrática para construção de um PPP que trace ações com orientações do processo de ensino aprendizagem ligados a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos.

Referências

AVELINO, R.L e BISPO, M. O. **Inclusão social na escola de tempo integral D. Pedro II na cidade de Porto Nacional – TO**, Revista Interface, Edição nº 08, outubro de 2014–p. 04-13 2014.

BARROS, A.B. **PNEE-PEI: Análise do processo de implementação em São Luís / MA** (2008 – 2015). Tese em educação - UFMA (2019).

BURTON, G. **Teorizando o Estado e a Globalização na política e políticas educacionais. Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 315-332, jul./dez. 2014.

CAVALIERE, A.M. **Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado?** Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1205-1222, out.-dez., 2014.

CASTRO, J.G.H; LEITE, E. X e SILVA, M.G.H. **A inclusão escolar de alunos com deficiência no contexto das escolas de tempo integral da rede pública.** Rev. Mult. Psic. V.12, N. 41, p. 991-1005, 2018.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª edição – SP: Atlas, 2003.

LEITE, M. N. e RÉGIS, H.R. **Sentidos e significados atribuídos pelos professores sobre a educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral.** Rev. Diálogo educacional, Campinas, v.18, n.3 [77], p.844-864, jul./set. 2018

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo:Moderna,2003.

MATISKEI, A.C.R.M. **Política pública de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Editora UFPR. Acesso em 21/05/2022.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesses em espaços não excludentes** – 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

REIS, O. A. **Atendimento educacional especializado na Educação Física: experiências de mediação para aprendizagens sociais de alunos com transtorno do espectro autista.** Dissertação – Mestrado em educação Física universidade de Brasília, 2020.

ROVERONI, M., MOMMA, A.M. e GUIMARÃES, B.C. **Educação integral, escola de tempo integral: um diálogo sobre os tempos** Cad. Cedes, Campinas, v. 39, n. 108, p. 223-236, maio-ago., 2019

TEIXEIRA, D. S.R **Lucas, presente! por uma inclusão escolar das crianças com transtorno de espectro do autismo que ultrapasse o prescrito nas políticas públicas.** Dissertação – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília – DF, 2019. 2019.

TOGASHI, C.M e WALTER, C.C. **As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de**

um Aluno com Transtorno do Espectro Autista. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 3, p. 351-366, jul.-set., p. 351-366, 2016